



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002276-33.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **GISELI APARECIDA ISIDORO**  
 Requerido: **Oi SA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### VISTOS

**GISELI APARECIDA ISIDORO** ajuizou a presente **Ação Declaratória de inexistência de débito cc indenização por danos morais e antecipação de tutela** em face de **OI S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora, em suma: 1) que estudava na UNICEP e lá conheceu um aluno de nome FELIPE CAMARGO MOREIRA, “que se dizia proprietário de uma loja franqueada que comercializava telefones pertencentes a requerida “OI” ; 2) que após um tempo, veio a saber (ela autora) que FELIPE havia fechado a sua loja franqueada com a “OI”; 3) que a partir de outubro/2011 começou a receber cobranças de contas telefônicas enviadas pela requerida, que estavam em seu nome (dela autora) e no endereço de onde FELIPE mantinha sua loja franqueada; 4) Que as cobranças se referem a um plano familiar, constituído de cinco (05) linhas; 5) que poderá ser seu nome inscrito na SERASA. Pediu a antecipação da tutela para o cancelamento das linhas telefônicas em seu nome já que nada contratou. No mais, pediu a procedência da ação para o cancelamento das referidas linhas e indenização por dano moral.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Pelo despacho de págs. 11/12 foi deferida a antecipação da tutela.

Devidamente citada, a requerida ofertou sua defesa a fls. 19/32. Argumentou que não remeteu o nome da autora aos órgãos de proteção ao crédito e que suspendeu os atos de cobrança. Preliminarmente alegou sua ilegitimidade passiva, vez que presta serviço no ramo de telefonia fixa e a autora celebrou contrato com a operadora de telefonia móvel. No mérito, ponderou que as contratações das referidas linhas foram solicitadas por um amigo da autora, tanto que o endereço contratado era do Sr. Felipe. Culminou por pedir a improcedência do pedido, alegando que não há que se falar em inexistência ou inexigibilidade dos débitos; que não remeteu o nome da autora para os cadastros de inadimplentes e que assim, não cabe indenização por dano moral.

Instadas as partes a produção de provas, a requerida manifestou desinteresse (págs. 112/114) e a autora silenciou (página 115).

É o relatório.

### **DECIDO.**

A questão preliminar, trazida na defesa esta superada já que a OI S/A e OI MÓVEL S/A são empresas do mesmo “grupo”; como esta última recebeu o chamado e veio aos autos articulando competente defesa, só resta a deliberar, a respeito, a correção dos apontamentos/ registros processuais.

Passo, então, a enfrentar o mérito.

Inicialmente cabe reconhecer que no caso tem aplicação a Lei



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Consumerista; a relação firmada entre as partes e que representa a causa de pedir – é tipicamente de consumo, com todos os contornos a ela inerentes.

Nesse sentido: STJ, REsp 171084/MA; REsp 295130/SP e REsp 570950/ES.

A responsabilidade da operadora de serviços de telefonia é objetiva, nos termos do artigo 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por **defeitos relativos à prestação dos serviços**, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos” (destaquei).

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, quais sejam, a inexistência do defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Nos autos temos o seguinte panorama:

**A autora não solicitou/contratou os serviços telefônicos da ré**

Está última admite na defesa que a solicitação partiu de terceiro, um “amigo” da autora de nome FELIPE.

Assim, o valor materializado na cobrança de fls. 09, referente a contratação e mensalidade das referidas linhas, deve ser declarado ilegítimo.

Tal decisão se configura mais consentânea com o dispositivo contido no art. 4º, inc. III do CDC, que determina a harmonização dos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

interesses dos participantes das relações de consumo.

Havendo evidente falha na prestação dos serviços, justifica-se o pleito de rescisão do contrato, sem incidência de multa rescisória, por ter sido a requerida quem deu causa à dissolução do vínculo contratual, com o **mau funcionamento do serviço oferecido.**

Desse modo **é de rigor acolher o pedido principal.**

O mesmo **não** se aplica ao **pleito de dano moral:**

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

*“... Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais”. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Confira-se, ainda:

*“CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido". (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

Portanto, firmo convencimento no sentido de que o mero descumprimento contratual não é fato hábil a ensejar dano moral.

**Ademais, vale registrar que a autora também não produziu provas de que a conduta imputada a ré lhe ofendeu a dignidade, honra, decoro ou outro direito da personalidade.**

Só é possível **presumir a ocorrência de dano moral**, em algumas hipóteses excepcionais em que este se configura *in re ipsa*.

Uma delas é a “negativação” de dados pessoais do consumidor nos órgãos de Proteção ao Crédito.

Ocorre que no caso tal não chegou a ocorrer conforme demonstram os documentos de fls. 94/102, exibidos com a defesa.

**Assim, como não houve a negativação do nome da autora, não há que se falar em indenização por dano moral.**

\*\*\*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Isso posto, e pelo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado da inicial, para o fim declarar que a autora não contratou os serviços da ré, especificados na cobrança cinco linhas telefônicas de um “plano familiar” com os prefixos (016-88410153, 88410154, 88410155, 88410156 e 88410157) e assim, tal cobrança deve ser reconhecida inoperante.

Fica rechaçado o dano moral conforme acima alinhavado.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas e cada qual arcará com os honorários de seus respectivos patronos. Em relação a autora, deverá ser observado o disposto no art. 12 da LAJ.

**P.R.I.**

São Carlos, 04 de agosto de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**

Juiz de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**